

DISCURSOS E REPRESENTAÇÕES CONSTRUÍDOS HISTORICAMENTE NOS OFÍCIOS DA CÂMARA DA VILA DO DIVINO ESPÍRITO SANTO DA CRUZ ALTA SOBRE OS POVOS NATIVOS (1840-1860)

Marcus Vinicius da Costa¹, Mauricio Lopes Lima¹, Manuela Bitencurt Ceolin¹ e
Mauricio da Silva Viegas¹

1. Instituto Federal de Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul – IFRS – Campus Ibirubá. Ibirubá, Rio Grande do Sul, Brasil.

RESUMO

O presente texto tem o objetivo de apresentar os resultados da pesquisa realizada sobre discursos e representações construídos pelas autoridades da Vila do Divino Espírito Santo da Cruz Alta sobre os povos nativos que habitavam o território daquele município no período de 1840-1860. Entre os objetivos da presente pesquisa, estavam os de propiciar aos discentes envolvidos conhecimentos sobre a história cultural e indígena e sobre documentos do século XIX, permitindo que tivessem contato com as chamadas fontes primárias; aprimorar a sua compreensão a respeito das representações construídas sobre os povos originários pelas autoridades do século XIX, através da análise destes documentos e durante a pesquisa; além de contribuir para um melhor conhecimento sobre estes povos para toda a comunidade da região. A metodologia utilizada na pesquisa foi a proposta pela História Cultural e História Indígena. O corpus documental foi a correspondência expedida pela Câmara de Cruz Alta no período em foco. Importante ressaltar que esta pesquisa foi toda realizada de forma remota, o que foi um grande desafio para todos os envolvidos.

Palavras-chave: História Indígena, representações e ensino.

ABSTRACT

This paper aims to show the results of the research carried out on discourses and representations constructed by important authorities of Vila do Divino Espírito Santo da Cruz Alta related to the native peoples who lived in that city during the period from 1840 to 1860. One of the purposes of this research was to provide more knowledge about the cultural and indigenous history to the high school students involved in this work, also offer information from the 19th century documents by allowing them to have contact with the so-called primary sources. Another objective of this research was to improve the students' understanding concerning the representations constructed about the native peoples by the figures of the

19th century. This understanding is made up through the analysis of these documents and also during the research process, besides that it brings more knowledge for the whole community of that region about those indigenous peoples. The methodology employed in the research was the one proposed by Cultural History and Indigenous History. The documental corpus was the mail dispatched by Cruz Alta Chamber of Councilors during the period which was mentioned. It is paramount to emphasize that this research was totally carried out remotely and this was a great challenge for everyone who was involved.

Keywords: Indigenous History, Representations and Teaching.

1. INTRODUÇÃO

Durante um período de sete meses, discentes, técnico em assuntos educacionais e professor-coordenador trabalharam em conjunto para pesquisar artigos, teses e dissertações que ajudassem na compreensão e análise dos documentos da Câmara de Vereadores de Cruz Alta-RS relativos aos povos nativos deste município, no período de 1840-1860. Os nossos objetivos foram de instrumentalizar os discentes e demais participantes de ferramentas teóricas sobre História Cultural e Indígena para melhor compreender os discursos e representações construídos pelas autoridades da Vila do Divino Espírito Santo da Cruz Alta sobre os povos originários deste município. Pela característica desta pesquisa, que foi realizada de forma remota, foi um trabalho muito desafiador para todos, mas também muito compensador, ao ver o esforço de todos sendo recompensado pelos resultados alcançados, que são apresentados a seguir.

Durante muitos séculos, para não falar milênios, diversos povos cruzaram e viveram pelos territórios que formariam, no século XIX, uma das mais antigas vilas do Rio Grande do Sul. Fernando Silva de Almeida (2010) tem pesquisado a cultura material pré-histórica de Cruz Alta, seus trabalhos serviram também de inspiração para a realização desta pesquisa, suas considerações e apontamentos são uma importante fonte de informação sobre a região. Almeida (2010) realiza uma importante crítica sobre o que já se escreveu do município e reafirma a história indígena neste espaço. Os jesuítas e indígenas reduzidos provavelmente também cruzaram este território em busca de gado, erva-mate e outros produtos, que eram valorizados pelas reduções, entre elas os Sete Povos, e usados para pagar os tributos devidos à Coroa Espanhola. Destes, ficaram cruzeiros de madeira, caminhos e trilhas, que, mais tarde, já no final do século XVIII e início do século XIX, seriam percorridos por aventureiros, comerciantes, tropeiros e, por que não, contrabandistas. Os rios também foram caminhos neste período e por eles cruzaram muitas pessoas de diferentes origens. Os

indígenas, apesar de muitas vezes negligenciados, esquecidos, silenciados, também continuaram a circular e habitar este espaço.

Na próxima seção, apresentamos um pouco mais sobre a história contada do povoado do Divino Espírito Santo de Cruz Alta e seu território. Na sequência, abordamos os povos nativos, na tentativa de compreendermos as representações e os discursos construídos pelas autoridades deste povoado sobre as populações nativas – objetivo principal desta pesquisa.

2. RELATO DE CASO

2.1. A VILA DO DIVINO ESPÍRITO SANTO DA CRUZ ALTA NO SÉCULO XIX

É fundamental ressaltar que, antes da chegada e durante o processo de ocupação do território pelos europeus e seus descendentes, diversos povos nativos habitaram o espaço que formaria o município e a Vila do Divino Espírito Santo da Cruz Alta. Como demonstra Fernando Silva de Almeida (2010), pelo menos quatro sítios arqueológicos pré-históricos foram encontrados na área do campus universitário – UNICRUZ, o que comprova a antiguidade da ocupação do território pelos povos indígenas. Coloca também, a existência de um sítio lítico na bacia do rio Jacuí: Ibirubá (ALMEIDA, 2010). Como nos pontua Henrique Kujawa e João Carlos Tedesco, referindo-se à região Norte e Passo Fundo: “a tardia colonização não significa a existência de um vazio populacional, uma vez que a região em tela tinha uma intensa ocupação indígena, principalmente Kaingang [...]” (2014).

Seguindo antigos caminhos, utilizando passos já transitados por jesuítas e pelos povos nativos, aguadas e locais de descanso, os tropeiros, percorreram o território desta futura vila. Um destes tropeiros, segundo consta nos textos de história local, foi João José de Barros, que, em uma de suas andanças, ao invés de escolher o tradicional caminho, por Viamão, optou por outro trajeto, percorrendo os campos da futura Cruz Alta, atravessou os diversos rios e riachos e chegou a Vacaria, daí seguindo para Lages. Este novo caminho passou a ser muito utilizado, pois diminuía consideravelmente as distâncias que os tropeiros percorriam. Aos poucos, a região onde viria a se constituir a Vila de Cruz Alta tornou-se pouso de muitos tropeiros e alguns destes entenderam que, nesta região, seria um bom lugar para fixar morada (ROCHA, 1980).

Essa fase de exploração da região é chamada por alguns autores de fase do “tropeirismo ou do bandeirantismo pastoril”. Este período foi impulsionado por dois fatores principais: a apropriação da riqueza pastoril remanescente do projeto jesuítico-guarani e a defesa do território após a conquista da região dos Sete Povos (oeste da província) (FÉLIX, 1987).

Outro aspecto importante a ser destacado sobre a região do Planalto Médio rio-grandense, local onde seria fundada a Vila do Divino Espírito Santo da Cruz Alta, uma de suas características peculiares, destacada por Loiva Otero Felix, é “a presença de extensa área de matas nativas de erva-mate” (1987). A busca e extração de erva-mate, segundo a mesma autora, foi uma das riquezas primordiais da região em foco ao longo de todo o século XIX. Até a metade da centúria, a erva-mate foi considerada como pública e, para sua extração, era necessária alguma autorização. Francisco Nunes Miranda propôs que esta exploração fosse realizada por particulares, também propôs que existisse portos de embarque no rio Uruguai, para facilitar o escoamento da produção, estes incentivos seriam importantes para aumentar a população da fronteira e contribuiria para diminuir o contrabando. Além disso, as matas densas deste enorme município que seria Cruz Alta eram locais preferidos também pelos marginalizados da sociedade, que ali buscavam refúgio. Mas, como salienta Félix, existia também o poder do campo, formado pelos grandes proprietários e estancieiros, que também fazem parte da história desta região (FÉLIX, 1987).

O modelo de distribuição de terras no Rio Grande de São Pedro, no fim do século XVIII e início do século XIX, era ainda de concessão de cartas de sesmarias àqueles que tinham condições, mas também boas relações, uma rede de relações sociocultural e sociopolítica, para conseguir estes papéis. Muitos outros estabeleciam-se também sem estes documentos. Aos poucos, os sesmeiros foram se estabelecendo na região e erguendo suas estâncias. Outros povoadores, rancheiros, agregados, peões, escravos também se fixaram, ou foram fixados contra sua vontade, neste espaço.

No início do século XIX, muitos moradores da região de Cruz Alta se reuniram e solicitaram ao comandante de armas de São Borja a permissão e o terreno para a construção de uma capela e criação de um povoado. O comandante da época (1821), Antônio José da Silva Paulet, concedeu o pedido e o remeteu para a junta governamental, que deu seguimento aos trâmites, o que garantiu a continuidade formal do povoado, agora com conhecimento das autoridades (VELOSO; ROCHA, 1980). Em 18 de agosto de 1821, o povoado estava finalmente fundado, foi ordenada a demarcação de terrenos e ruas, bem

como espaço para uma praça, em frente à Capela (Ofício reproduzido por VELOSO, apud ROCHA, 1980).

Dois anos depois, o povoado foi elevado à condição de freguesia e em 1833 o presidente da província criou os municípios de São Borja e Cruz Alta. Um ano depois, o município de Cruz Alta estava já organizado administrativamente e dividido em distritos: Sede, São Martinho, Botucaraí ou Soledade, Passo Fundo e Palmeira. Cruz alta tornou-se o maior município do Estado em espaço territorial, esta situação se manteve inalterada até 1857, quando Passo Fundo emancipou-se (FÉLIX, 1987). Um dos primeiros párocos de Cruz Alta – Reverendo Conego Massa – deixou um relato, reproduzido por Castro, dos primeiros anos do município. Neste relato o sacerdote descreve que Cruz Alta era composta de cerca de cinco casas, a primeira capela foi coberta de palha e no início não era fechada por paredes, a povoação era circundada por extensas matas (CASTRO, 1887).

A Câmara foi instalada e iniciou suas atividades em 1834. Uma das preocupações dos primeiros administradores foi fazer o levantamento dos poucos prédios do recém-criado município e propor melhorias para eles, neste ofício, eram solicitados recursos para a Câmara, Casa de Misericórdia, Hospital, Reparo da Matriz, Casa de Correção e presos pobres. Os maiores recursos eram para Casa de Correção. (Ofício da Câmara do Espírito Santo de Cruz Alta. 8 de agosto de 1834. Correspondência Expedida. Câmara Municipal de Cruz Alta 1834-1835. AHRs.) Apareciam como divisões administrativas do município: 1º Vila, 2º São Martinho, 3º Botucarai, 4º Passo Fundo, 5º Palmeira, 6º São Miguel. (Ofício da Câmara do Espírito Santo de Cruz Alta. 4 de agosto de 1834. Ofício da Câmara do Espírito Santo de Cruz Alta. 13 de agosto de 1834. Correspondência Expedida. Câmara Municipal de Cruz Alta 1834-1835. AHRs.). Seguiu-se dez longos anos de Revolução Farroupilha (1835-1845), em que, em determinados momentos, a Câmara esteve sob controle dos revolucionários, em outros, dos imperiais. Poucas documentações foram encontradas sobre este período até o momento da pesquisa.

Quando retomou suas atividades, no final de 1844, a Câmara chamou a atenção da Província para a necessidade de melhorar a navegação nos rios Ijuí e Jacuí, considerados fundamentais para o município e para a exploração da erva-mate (Ofício da Câmara do Espírito Santo de Cruz Alta. 15 de junho de 1844. Correspondência Expedida. Câmara Municipal de Cruz Alta. AHRs.). Em parte, isso também se devia à importância que tinha o comércio desta Vila com a de Rio Pardo, este era um dos canais de entrada de produtos das praças comerciais de Porto Alegre, Pelotas e Rio Grande, que, navegando por difíceis rios e percorrendo caminhos terrestres ainda mais precários, chegavam à Vila de Cruz Alta. Esta

também deveria ser uma das rotas de exportação de produtos da Vila (Ofício da Câmara do Espírito Santo de Cruz Alta. 20 de abril de 1846. Correspondência Expedida. Câmara Municipal de Cruz Alta. AHRS.), não a única, já que existia sempre a possibilidade de exportação e contrabando pelo Rio Uruguai (Ofício da Câmara do Espírito Santo de Cruz Alta. 20 de abril de 1846. Correspondência Expedida. Câmara Municipal de Cruz Alta. AHRS.).

Em outro documento, a Câmara solicitava melhorias na Picada de São Martinho e do Pinhal, na Santa Maria da Boca do Monte, importante para o comércio do município com a Campanha e com a Fronteira (Ofício da Câmara do Espírito Santo de Cruz Alta. 12 de janeiro de 1848. Correspondência Expedida. Câmara Municipal de Cruz Alta. AHRS.).

Solicitava também melhoria e retirada de capoeiras que interditavam a estrada do Mato Castelhana e Mato Português e acusava a presença constante de indígenas na estrada. Havia inclusive a proposta de atear fogo no mato para afastar os indígenas. (Ofício da Câmara do Espírito Santo de Cruz Alta. 12 de janeiro de 1848. Correspondência Expedida. Câmara Municipal de Cruz Alta. AHRS.).

Nos idos de 1880, diversas estradas interligavam Cruz Alta a outros povoados. Para Palmeira, existiam duas estradas: a que seguia pelo dorso da coxilha-grande e a outra, que se denominava estrada da Costa, ia costeando a Serra até o povoado da Palmeira. A primeira permitia trânsito em todo o ano, já a estrada da Costa tornava-se de difícil trânsito no inverno devido ao transbordamento dos arroios Porongos, Fiuza, Palmeira e Alegre. Castro salienta que não havia pontes nestes arroios até a construção de algumas por iniciativa particular (CASTRO, 1887). Outras estradas ligavam Cruz Alta a Santa Maria da Boca do Monte, uma delas era pelo cume da coxilha-grande e era denominada Tupanciretã, outra era a estrada do Ivahy. Havia a estrada da Soledade que se dirigia à vila do mesmo nome. A estrada da Conceição seguia para vila de Santo Ângelo. Existia também a estrada para carretas, que passava por Santa Tecla, esta era denominada estrada dos povos. A que seguia para Passo Fundo era chamada de estradas gerais do Paraná (CASTRO, 1887).

No final do século XIX, a vila de Cruz Alta contava com 240 fogos, 2500 pessoas residiam e transitavam por suas 16 ruas. Possuía 24 casas comerciais, além de: “[...] 2 farmácias, 3 sapatarias, 2 alfaiatarias, 3 ferrarias, 3 ourivesarias, 2 relojarias, 2 marcenarias, 2 solarias, 1 retratista, 1 funilaria, 3 carpintarias, 4 hotéis, 2 padarias, 2 curtumes, 3 açougues, uma fábrica de cerveja e uma fábrica de sabão” (CASTRO, 1887).

Feita esta breve explanação sobre a formação e características do município no século XIX, vamos agora analisar como os povos nativos eram representados nos discursos e práticas das autoridades municipais na década de 1840.

2.2. AS REPRESENTAÇÕES LOCAIS SOBRE OS POVOS NATIVOS: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Nos textos históricos sobre Cruz Alta no século XX, sempre houve muito silêncio sobre os povos nativos. Em muitos relatos, eles são apresentados como um entrave à colonização e ao crescimento do município.

Conforme destacou Fernando Silva de Almeida, os textos sobre o município de Cruz Alta relegam a história indígena a um aspecto secundário, além de demonstrarem um pensamento preconceituoso em relação ao índio. “O que se tem em Cruz Alta, é um passado inventado, publicado segundo a ideia dos grandes heróis, aqueles que conquistaram a terra, enfrentando as dificuldades que o ambiente e outras culturas poderiam apresentar” (ALMEIDA, 2010).

Um dos autores analisados refere-se aos grupos indígenas como “**tribos selvagens e ferozes**” e salienta a necessidade de “**livrar-se da incômoda presença dos bugres**” nas estradas da região e que eram comuns o ataque destes “**bugres violentos**” (CAVALARI, apud ALMEIDA, 2010, grifo nosso). Na análise a seguir, dos documentos da Câmara de Cruz Alta, veremos que estes termos e adjetivos, carregados de preconceitos e estereótipos, aparecem com frequência. Percebe-se então que alguns textos sobre Cruz Alta acabam simplesmente reproduzindo informações de textos ou documentos antigos, sem a necessária crítica da história indígena.

Sobre a presença indígena nas imediações do Mato Castelhana, Kujawa e Tedesco (2014) colocam que os Kaingang “tornam-se bastante conhecidos na medida em que se tornam um obstáculo para a passagem das tropas no Mato Castelhana que era caminho obrigatório da região missioneira para atingir São Paulo através de Lages”. Outro autor reforça esta ideia colocando que a região de Passo Fundo, “apesar de atravessado em todo comprimento por essa estrada, não pode ser povoado senão com a demora de alguns anos, devido aos **terríveis coroados, cuja cólera seria fatal** ao branco audacioso que nele fosse domiciliar-se” (OLIVEIRA, apud KUJAWA; TEDESCO, 2014, grifo nosso.). No mesmo sentido argumenta outra autora que os índios hostis se concentravam no Mato Castelhana e

atacavam as tropas de muares que cruzavam a região em direção a São Paulo, em virtude disto criou-se um acampamento no chamado Passo Fundo para pernoite (PARIZZI, 1983).

O que muitos autores têm dificuldade de entender é que os “terríveis coroados” nada mais faziam do que defender seu território, gradativamente ameaçado pela ocupação dos não indígenas. Os indígenas foram as primeiras vítimas da abertura dos caminhos usados pelos tropeiros e também da crescente privatização das terras. Para as autoridades locais, os Kaingang muitas vezes eram um entrave para o comércio e para as viagens e a solução envolveria aldeamento e catequese (ZARTH, apud BATISTELLA; KNACK, 2007).

Comentando sobre as “emboscadas” dos Kaingang na região, outros autores sustentam que:

Na verdade, os coroados não promoviam “emboscadas traiçoeiras”, mas sim resistiam ferozmente à ocupação da região, logo as emboscadas podem ser entendidas como estratégia de afugentar o invasor (instinto natural básico dos seres vivos na tentativa de defender seu espaço). Além do conhecimento do terreno aparecer como crucial, eles também atacavam viajantes em uma das principais rotas de acesso ao povoado, obrigando os colonizadores a procurar o serviço de “bugreiros” e realizar numerosas investidas mata adentro tentando romper a resistência indígena (BATISTELLA; KANACK, 2007).

A respeito da rota das regiões ao sul do império para a região de Sorocaba, outros autores acrescentam que a mesma inicialmente “cruzava por Vacaria, passava por Lages, seguia até a Vila do Príncipe, e, após os Campos Gerais, chagava-se a Sorocaba”, no entanto, com a descoberta do passo do Goyo-Em, “abriu-se este novo caminho de Palmas que, partindo de Cruz Alta, cruzava o rio Uruguai no passo de Goyo-Em, passava pelos campos de Palmas e o Campo de Erê e Chapeco ao sudoeste deste, atravessava os campos de Guarapuava e os Campos Gerais, e seguia para Sorocaba. Esse trajeto reduzia em cerca de 60 léguas o percurso (MACHADO, apud SOUZA; BERNASKI, 2015).

O município de Cruz Alta era muito extenso, o hoje município de Passo Fundo, no norte do Rio Grande do Sul, nos idos de 1840 era um distrito daquele com relativo desenvolvimento comercial. À medida que a colonização e ocupação do território por não indígenas avançava, os conflitos com os indígenas tornavam-se mais corriqueiros e aparecem com mais frequência na documentação do período. Como vamos ver, a década de 1840 parece ser um grande divisor de águas neste processo. É justamente deste distrito de Passo Fundo que chegou à Câmara de Cruz Alta um ofício reclamando providencias a respeito dos indígenas que estavam se apresentando naquele local.

O relato dos moradores pesava na tinta contra os indígenas, acusando-os de roubos e outros crimes contra habitantes e viajantes que cruzavam nas proximidades do Mato Castelhana e Mato Português, até mesmo crianças não indígenas teriam sido levadas. Segundo o mesmo ofício, esta situação perdurava já há cinquenta anos. A solução encontrada pelos demandantes era o puro extermínio das populações nativas, ou seja, o combate aos que eles chamavam de “selvagens”. Salientavam que a catequese talvez fosse uma solução menos radical, mas que seria difícil encontrar alguém disposto a trabalhar com estes indígenas (Ofício da Câmara do Espírito Santo de Cruz Alta. 09 de abril 1843. Correspondência Expedida. Câmara Municipal de Cruz Alta. AHRs.).

Durante o período imperial brasileiro, muitos relatos mostram que as políticas e propostas para os povos indígenas giravam em torno da catequese e civilização ou até mesmo do confronto e extermínio. Intelectuais como Francisco Adolfo Varnhagem também defenderam neste período a ideia de que os povos indígenas eram “decadentes e, portanto, fadados ao desaparecimento” (KODAMA, 2009). Este escritor era também favorável ao “cativeiro indígena temporário” (KODAMA, 2009). Outro intelectual do período, Von Martius, defendia que os indígenas desapareceriam sendo assimilados pelo “grande rio da raça branca” (KODAMA, 2009).

Tal forma de tratar o tema, entre a repressão armada aos indígenas ou catequese e civilização, era também a tônica do Governo Imperial:

O Governo julga objeto de suma importância que os Indígenas sintam o peso de nossas armas, quando nos acometerem, mas convém que eles experimentem também pela nossa liberalidade os efeitos da civilização, para que mais facilmente abandonem a vida errante e bárbara em que se conservam, e abracem a que se lhes oferece (VIANNA, apud KODAMA, 2009).

A questão em torno da catequese, civilização, colonização e terras era um tema recorrente no Brasil do século XIX, como demonstra Kodama. “Nas discussões relativas a uma política indigenista em meados do século XIX, é possível perceber que a ‘catequese’ e a ‘civilização’ dos índios entravam em pauta como um ramo do ‘serviço público’ integrado à pasta ministerial do Império” (KODAMA, 2009). A ideia disseminada pelo Império e que está presente também nas documentações da Câmara de Vereadores da Vila do Divino Espírito Santo da Cruz Alta era de que “‘civilizar’ – de maneira genérica –, dizia respeito a uma ação sobre a moralidade dos povos e que, por sua vez, só poderia ser conseguida pela boa propagação da religião católica” (KODAMA, 2009).

Também em relação aos aldeamentos, ou às Missões, como estabelecia o Regulamento das Missões de 1845, misturava o que era uma “missão” a “uma estrutura de destacamento militar”. Assim, a lógica militar está muito presente nestes regulamentos e em outras instruções do período imperial.

Acrescente Kodama, citando Maria Amoroso e Cunha:

[...] uma característica que marcava os aldeamentos era a proximidade com as instituições militares. Comenta Maria Amoroso (1998) que nas patentes e na indumentaria os aldeamentos indígenas do século XIX lembravam mais um destacamento militar. Essa característica expressava-se nitidamente nas patentes militares às quais correspondia cada cargo criado para as missões: ao diretor-geral dos Índios correspondia a graduação honorária de brigadeiro, ao diretor da Aldeia, a de tenente-coronel; e ao tesoureiro, a de capitão. Era prevista ainda a confecção de uniformes estabelecidos para o Estados maior do Exército (Cunha, 1992) (KODAMA, 2009).

Já na década de 1850, o engenheiro militar Henrique de Beurepaire-Rohan publicou algumas críticas e propostas sobre a questão indígena. Sustentava que as mudanças no mundo dos indígenas deveriam ser feitas de forma branda e que “o comércio, a instrução, o recreio, o policiamento – recomendando-se aos diretores acatarem a figura do ‘maioral’ dos índios” eram alguns dos aspectos bem definidos em suas propostas. Além disso, defendia que os indígenas e seus aldeamentos deveriam ser mantidos afastados dos “civilizados”. Pois os não indígenas seriam responsáveis por “aliciar as mulheres das aldeias e introduziam doenças”. Mas ao mesmo tempo também defendia o casamento dos indígenas com “pessoas de outras raças” (KODAMA, 2009). Assim sendo, como veremos, as propostas de Henrique de Beurepaire-Rohan foram antecipadas por João Cipriano da Rocha Laures, em pelo menos alguns anos, para os indígenas da região de Passo Fundo.

No forte do inverno de 1846, diversos indígenas se apresentaram nas cercanias do município de Cruz Alta. A Câmara voltava a colocar a necessidade de levar aos “**indígenas selvagens**” à catequese e à civilização. Salientava que em anos anteriores nas picadas Mato Castelhana e Mato Português os “selvagens” atacavam os viajantes constantemente, bem como os moradores desde o Botucaray até os ervais de Santo Cristo. Destacava que estes indígenas vinham aparecendo há pelo menos um ano nos arredores do município, buscando a catequese. Dizia ainda que cerca de duzentos indígenas, de ambos os sexos, haviam se apresentado na localidade da “guarda”, nos ervais da Palmeira, bem como também se apresentaram no distrito de Passo Fundo (Ofício da Câmara do Espírito Santo de Cruz Alta. 30 de maio de 1846. Correspondência Expedida. Câmara Municipal de Cruz Alta. AHRs.).

O termo “selvagem” durante o século XIX era muito utilizado ao se reportarem a indígenas mais resistentes e estava conectado com determinada postura intelectual que classificava os povos de forma decrescente em povos civilizados, os bárbaros e os selvagens (KODAMA, 2009). Já a discussão dos letrados no Império do Brasil “preferiu afirmar a decadência dos povos indígenas” (KODAMA, 2009).

O Ofício seguia colocando que cinquenta e poucos indígenas, liderados por um cacique, sempre exigiam roupas e quando não satisfeitos se mostravam muito descontentes, e que ainda existia muito temor por parte dos habitantes. Relata que foram distribuídas roupas e ferramentas, quem fez esta distribuição foi o padre Antônio de Almeida Leite Penteado, mas que já havia acabado, solicitava para o governo da Província novos mantimentos (Ofício da Câmara do Espírito Santo de Cruz Alta. 30 de maio de 1846. Correspondência Expedida. Câmara Municipal de Cruz Alta. AHRS.).

O aspecto filantrópico, no trato com os indígenas, fica bastante evidente neste trecho, filantropia-catequese e civilização andavam muito juntas nos projetos relacionados aos povos indígenas no período em estudo.

O ofício continuava com a defesa de que era necessário encontrar um lugar para aldear os indígenas, e que, para isso, era importante haver um destacamento eficiente e suficiente, para garantir aos encarregados da tarefa não serem agredidos pelos “selvagens”. Um sacerdote deveria fazer a catequese aos indígenas e ensinar as primeiras letras. O destacamento deveria ser de cem praças, além de artífices das principais artes mecânicas, deveria ser posicionado para vigiar desde a Serra do Botucaray até os Ervais de Santo Cristo, com o fim de chamar os indígenas à civilização (Ofício da Câmara do Espírito Santo de Cruz Alta. 30 de maio de 1846. Correspondência Expedida. Câmara Municipal de Cruz Alta. AHRS.).

Reclamava da não criação ainda de uma Companhia de Caçadores de Montanhas pelo Tenente Coronel Antônio Maria de Souza, destacando que o local do aldeamento ideal seria alguma das campinas próximas ao rio Uruguai, como lugar preferido o dito dos Toldos, pois era próximo de rio navegável e com muitos peixes; também salientava que o aldeamento desta forma ficaria próximo à futura estrada que ligaria a província a São Paulo (Ofício da Câmara do Espírito Santo de Cruz Alta. 30 de maio de 1846. Correspondência Expedida. Câmara Municipal de Cruz Alta. AHRS.).

A Câmara informava ainda que o chefe Vitorino Condá era um dos principais, que tinha muita influência sobre caciques de outros grupos, e que, junto com Pedro (supostamente seu genro), seguiu para a capital da província. O documento ressalta que as

matas do município de Cruz Alta estavam repletas de indígenas, que a situação entre indígenas e não indígenas no distrito de Passo Fundo era bastante tensa e que seriam necessárias mais praças para aquele local (Ofício da Câmara do Espírito Santo de Cruz Alta. 30 de maio de 1846. Correspondência Expedida. Câmara Municipal de Cruz Alta. AHRs.).

Um informe salientava que costumavam vir os indígenas em número de cinquenta a sessenta indivíduos ao distrito (Passo Fundo) e pedir nas casas de negócio tudo que lhes agradava. Que a chegada destes grupos causava grande temor aos comerciantes e às famílias. O destacamento era insuficiente para garantir a segurança. Era relatado ainda que os cacique Vitorino, Pedro e outros confiavam em João Cipriano da Rocha Laures, que este conhecia seus costumes e língua, e que iria conduzi-los até o governo da província (Ofício da Câmara do Espírito Santo de Cruz Alta. 23 de maio de 1846. Correspondência Expedida. Câmara Municipal de Cruz Alta. AHRs.).

A situação dos indígenas, portanto, era tratada como caso de polícia, mas também o binômio catequese-civilização aparece em diversos momentos. As propostas diziam que era necessário confiná-los em aldeias, se possível longe dos municípios (margens do rio Uruguai), por onde passaria uma estrada, e mantê-los sobre constante vigilância militar. Civilizá-los e mantê-los sobre tutela e vigilância de um sacerdote, ensino das primeiras letras, em português, não na língua nativa. Atraí-los através de roupas, ferramentas e dinheiro para suas lideranças. Fazia parte deste mecanismo também utilizar as:

[...] disputas internas entre caciques e lideranças indígenas, atraindo com parcos benefícios aos que aceitassem o aldeamento pacificamente, muitas vezes o acirramento dos conflitos entre grupos indígenas tornava o aldeamento a única possibilidade de sobrevivência dos líderes fragilizados (KUJAWA; TEDESCO, 2014).

O memorial de João Cipriano da Rocha Laures trazia a mesma proposta para os indígenas. Neste documento, era salientada a importância da navegação no rio Uruguai e a possibilidade de aldear os indígenas próximo ao rio e da futura estrada que ligaria a Província de São Pedro à Província de São Paulo. Comentava também que um local apropriado seria no denominado rio Pelotas (um dos rios formadores do rio Uruguai). Destacava que a região poderia ser povoada pelos indígenas sem necessidade de estrangeiros, e que poderia ser instalada facilmente uma coletoria no local. O projeto ia no sentido de uma colonização mais organizada (Ofício da Câmara do Espírito Santo de Cruz Alta. 24 de junho de 1846. Correspondência Expedida. Câmara Municipal de Cruz Alta. AHRs.). Apesar desta proposta,

o documento também previa afastar os indígenas dos núcleos populacionais mais importantes, isolando-os em aldeamentos distantes.

Não seria a proposta de transferir os indígenas da região de Passo Fundo para as proximidades do rio Uruguai uma maneira de afastá-los dos municípios, mantendo-os isolados? Mais tarde, esta política não seria por acaso complementada com a criação do Colônias Militares, como a de Caseros, Alto Uruguai e Guarita?

Outro documento, um abaixo assinado, ressaltava o perigo e medo pelo qual passavam os moradores do distrito de Passo Fundo. Salientava que muitos indígenas viviam nas matas próximas à povoação e que tinham sido “chamados à catequese” e à “civilização”, mas que os indígenas não foram aldeados, que a povoação estava agora cercada de indígenas, que estes ameaçavam os moradores, exigindo várias coisas, e ficavam brabos quando não atendidos. A povoação contava apenas com dois soldados que não estavam reunidos, pedia mais força policial para a povoação. O abaixo assinado era apresentado também por Bernardo Castanho da Rocha e João Cipriano da Rocha Laures, que iam acompanhados dos indígenas Vitorino Condá, ou ‘príncipe dos caciques’.

É interessante observar que Vitorino Condá aparece em outros estudos sobre questões indígenas (SOUZA; BERNASKI, 2015; SOUZA, 2015). Este indígena era uma importante liderança indígena Kaingang na região do Planalto Meridional de Santa Catarina, no período que se estende de 1839 até 1844. Condá e os povos comandados por ele transitaram pelos campos de Palmas e das campinas do Chapecó e Iranin, sempre em busca de um local melhor para morada e segurança, mas sempre escapando das frentes de expansão da colonização na região.

Nesse período, Condá fez alguns acordos com autoridade daqueles locais e buscou, desta forma, a sobrevivência de seu grupo. Também é apontado que Vitorino Condá contribuiu para o resgate de “crianças brancas” que estavam com outros grupos indígenas e as entregou às autoridades do Império (SOUZA; BERNASKI, 2015). A partir de 1844, a situação tornou-se insustentável para Vitorino Condá e seu grupo na região de Palmas, ele então parece ter aceitado a proposta de Francisco Ferreira da Rocha Laures para tornar viável a “Estrada das Missões”, caminho entre os campos de Palmas e Cruz Alta (SOUZA; BERNASKI, 2015).

Vitorino se deslocaria então mais para o sul, chegando a Cruz Alta nos idos de 1846. De Cruz Alta, efetivamente partiu para se encontrar com os administradores da Província: o então Conde de Caxias, estabelecendo negociações sobre a abertura da estrada e as terras indígenas naquela região (SOUZA, 2015).

Esse documento é muito importante, pois mostra uma fundamental articulação entre João Cipriano da Rocha Laures e algumas lideranças indígenas, como Vitorino Condá, que buscavam de alguma forma manter seu modo de vida tradicional, mesmo que fosse migrando para outro território – margens do rio Uruguai –, e pressionavam as autoridades neste sentido. “Como resultado do encontro político com o Conde de Caxias, o aldeamento de Nonoay na Província de São Pedro vai estar sob a responsabilidade de João Cipriano da Rocha Laures e para lá muitos Kaingang serão deslocados”. Demonstra também a luta travada por indígenas como Vitorino Condá que, pressionados pela ampliação da colonização por não indígenas, lutavam por dignidade, frente a uma conjuntura e destino incerto. Apesar de uma parte dos Kaingang ter acompanhado Vitorino Condá, tudo indica que os demais permaneceram na região do distrito de Passo Fundo.

2.3. OS INDÍGENAS DEVERIAM SER AFASTADOS E ALDEADOS. JÁ OS COLONOS, DE PREFERÊNCIA EUROPEUS, DEVERIAM SER ATRAÍDOS PARA A REGIÃO

A política de Catequese e Civilização e a política de terras e imigração de colonos europeus estava estreitamente ligada à ideia de “espraiamento’ da civilização, e o maior controle do Estado sobre seu território” (KODAMA, 2009).

Em conjunto com as autoridades provinciais e quase concomitante com a questão da presença indígena nos distritos de Passo Fundo e Palmeira, a Câmara realizou estudos para avançar no processo de estabelecimento de colônias, com este objetivo foi formada uma comissão para estudar a existência de terras devolutas propícias para instalação dos colonos.

Um dos primeiros locais apontados foi o rincão “denominado Úmbu”, próximo ao saldo do rio Jacuí e arroio Ivay, as duas margens deste rio estariam devolutas e poderiam ser colonizadas. Salientava-se que estas terras eram muito férteis e que poderia ser produzido diversos grãos, legumes, árvores frutíferas, fumo e cana de açúcar. Além disso, o rio era navegável desde a foz do Ivay, o que facilitaria o transporte dos produtos. Por fim, colocava-se que não havia risco do “gentio” naquela região (Ofício da Câmara do Espírito Santo de Cruz Alta. 10 de abril de 1847. Correspondência Expedida. Câmara Municipal de Cruz Alta. AHRS.).

A segunda localidade apresentada era também muito propícia, entre os distritos do Botocaraí e Passo Fundo existiria uma grande área de mata e com muitos riachos. A região em destaque era muito extensa (cinquenta léguas) desde Botucarai, Passo Fundo (rio) até a

vila de Cruz Alta. Havendo em toda esta vasta região somente quatro famílias estabelecidas. O desenvolvimento da agricultura neste espaço abasteceria os distritos da Vila e os muitos tropeiros que passavam por aquela região se dirigindo a São Paulo. A madeira também poderia ser explorada, mas salientava que não havia meios de exportação delas (Ofício da Câmara do Espírito Santo de Cruz Alta. 10 de abril de 1847. Correspondência Expedida. Câmara Municipal de Cruz Alta. AHRS.).

A terceira localidade apresentada era próxima ao rio Ijuí, distrito de Santo Ângelo. Local onde Samuel Flack havia estabelecido um “engenho de serrar madeiras” na margem direita do rio. Este Engenho vinha exportando madeira pelo lado ocidental (direito) do rio Uruguai sem pagar os direitos e impostos e por isso os “taboados” foram apreendidos. O rio Ijuí é um afluente importante do rio Uruguai, assim provavelmente estas madeiras seriam exportadas pelo lado da Confederação Argentina e não pagariam os tributos ao Império do Brasil.

O território da nova colônia compreenderia o espaço entre os rios Ijuí e Comandai. Sublinhava ainda que a exportação de madeiras poderia ocorrer pelo rio Uruguai, pagando as devidas taxas e impostos nos portos de São Borja, Itaqui ou Uruguaiana. Chamava atenção também para a chamada Picada Pirapó, que ligava o Império ao Paraguai, e que por esta picada se levava até Itapuã cinco dias de viagem. Esta foi uma rota muito importante de comércio. Por fim, observava que existia também a Serra Geral, mas alertava que não havia meios de exportação daquela região. O autor aproveitava o final do ofício para criticar a tentativa de colonização em São João Batista e São Miguel, que não tinha tido bons resultados (Ofício da Câmara do Espírito Santo de Cruz Alta. 10 de abril de 1847. Correspondência Expedida. Câmara Municipal de Cruz Alta. AHRS.).

Ainda na década de 1880 do século XIX, era salientado que o município contava com grande malha de estradas que chegavam de todos os pontos da província, sendo um local de convergência para o comércio da região, e que, para desenvolver-se, era fundamental uma estrada de ferro e o estabelecimento de núcleos coloniais (CASTRO, 1887).

Assim, as autoridades procuravam retirar os indígenas da região, deslocando-os para aldeamentos distantes de seus locais de moradas tradicionais, abrindo espaço para o projeto de colonização com estrangeiros.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao chegarmos ao final desta caminhada, muitas perguntas ainda estão sem respostas definitivas, novas pesquisas surgirão para tentar respondê-las. Percebe-se que, na virada da primeira para a segunda metade do século XIX, há um grande divisor nas discussões sobre os indígenas no Império do Brasil. Procuramos demonstrar que as discussões que ocorriam nos salões e gabinetes do Império, na Corte, também chegavam, mesmo que de maneiras distorcidas, aos distantes campos da Vila do Divino Espírito Santo da Cruz Alta.

Nos documentos analisados por nosso grupo, as representações construídas pelas autoridades de Cruz Alta no século XIX, contribuíram para criar e perpetuar uma imagem distorcida e preconceituosa sobre os povos originários. Muitas vezes negando e procurando apagá-los da história. Os documentos, porém, demonstram a forte presença indígena, em todo o território do município, desde Palmeira das Missões até Passo Fundo.

As representações construídas sobre os indígenas, como “selvagens” e “violentos”, e as soluções apontadas nos documentos do século XIX, catequese-civilização-filantropia, ainda encontram ressonância em muitos escritos e na mente e imaginação de muitas pessoas. Acreditamos que o único caminho para contribuirmos para desconstruir estas representações é levando até professores, alunos e comunidade em geral um melhor e mais sólido conhecimento sobre estes povos, aos quais damos muitos nomes: povos indígenas, povos nativos, primeiras nações, povos originários.

4. AGRADECIMENTOS

Ao finalizarmos esta etapa, são muitas as pessoas e instituições que devemos agradecer. Primeiramente, ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS) - Campus Ibirubá, que, por meio do Edital de Fomento Interno 2020-2021, garantiu a concessão de uma cota de bolsa de pesquisa para o desenvolvimento deste projeto. Ao Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHRGS), que, no levantamento de fontes, antes da situação pandêmica no país, propiciou acesso a importantes documentos. Gostaríamos também de agradecer aos colegas do Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas (NEABI) do Campus Ibirubá, que, em diversas discussões e debates, propiciaram

novos elementos que sem dúvida contribuíram para o desenvolvimento desta pesquisa e que foram uma inspiração para ela.

5. REFERÊNCIAS

ALMEIDA, F. S. A cultura material, pré-história de Cruz Alta/RS e o desconhecimento de uma história indígena no município. **X Encontro Estadual de História. O Brasil no Sul: cruzando fronteiras entre o regional e o nacional**, Santa Maria – RS, 2010.

ALMEIDA, R. C. **Os índios na História do Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2010.

BATISTELLA, A.; KNACK, E. R. J. **Antologia do município de Passo Fundo: a cidade e a região durante os séculos XVII, XVIII e XIX**. In: BATISTELLA, A. Passo Fundo, sua história, indígenas, caboclos, escravos, operários, latifúndios, expropriações, território, política, poder; criminalidade, economia, produção, urbanização, sociedade, mídia impressa, censura, religiosidade, cultura, gauchismo e identidade. Passo Fundo: Méritos, 2007.

CASTRO, E. A. **Notícia descritiva da região missioneira. Província de São Pedro do Rio Grande do Sul**. Cruz Alta: Tipografia do Comercial, 1887.

FELIX, L. O. **O coronelismo na região serrana: o enquadramento local. 3.1. O processo de formação histórica de Cruz Alta e Palmeira das Missões até a instalação da República**. In: FÉLIX, L. O. Coronelismo, borgismo e cooptação política. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.

KODAMA, K. **Os Índios no Império do Brasil: a etnografia do IHGB entre as décadas de 1840 e 1860**. São Paulo: EDUSP. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2009.

KUJAWA, H.; TEDESCO, J. C. Demarcações de terras indígenas no norte do Rio Grande do Sul e os atuais conflitos territoriais: uma trajetória histórica de tensões sociais. **Tempos Históricos**, v. 18, p. 67-88, 2014.

PARIZZI, M. K. **Passo Fundo sua história e evolução**. Passo Fundo: Berthier, 1983.

ROCHA, P. **A História de Cruz Alta**. Cruz Alta: Gráfica Mercúrio Ltda, 1980.

SOUZA, A. A. A Lei de Terras no Brasil Império e os índios do Planalto Meridional: a luta política e diplomática do Kaingang Vitorino Condá (1845-1870). **Revista Brasileira de História**. v. 35, n. 70, p. 109-130, 2015.

SOUZA, A. A.; BERNASKI, J. O capitão comandante dos índios – Vitorino Condá, nos campos da Palmas, no Iranin e no Chapeco: os Kaingang e as terras indígenas do planalto meridional no Século XIX (1839-1844). **Cadenos do Ceom – Memórias Rurais e Urbanas**, v. 28, n. 42, p. 97-104, 2015.